

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.^a N.º 14_GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

CONSTRUÇÕES METÁLICAS DE CABO VERDE LDA

CONTRATO REF.ª N.º 14_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO/MONTAGEM

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Código Postal N.º 82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E

CONSTRUÇÕES METÁLICAS DE CABO VERDE LDA, com sede na ilha de São Vicente, em Ribeira de Julião, Detentora do Capital Social de 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos), matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Mindelo sob o N.º 250340062/120010622, Contribuinte n.º 250340062, titular do alvará de construção n.º 232, legitimamente representada neste ato pelo Sócio Gerente Sr. **Carlos Alberto Monteiro Santos**, casado, portador do BI n.º 166936, titular do NIF: 116693657 no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Segunda Outorgante**.

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento/Montagem que se rege pelas seguintes cláusulas:

Página 2 de 14



Cláusula 1.^a
(Objeto)

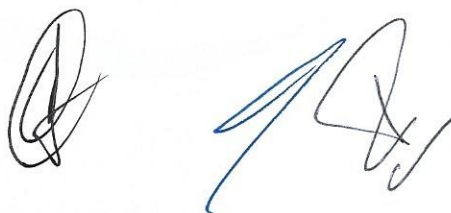
1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de Manutenção Corretiva na Rampa Roll-On/Roll-Off Ex Porto Novo – Santo Antão, conforme constam das propostas referência n.º 231 Rev1/2022 de 31 de dezembro de 2021 e 52/2022, de 16 de março de 2022, Anexos I e II do presente contrato.
 - 1.1. Manutenção corretiva da rampa Roll-on/Roll-off, ex Porto Novo;
 - 1.2. Reconstituição (fornecimento e montagem) da estrutura degradada, incluindo substituição de partes dos perfis e chapas;
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Clausula 2.^a
(Regime)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se prestar o serviço de Manutenção Corretiva na Rampa Roll On Roll Off no Porto Novo – Santo Antão, pelo valor abaixo indicado na cláusula 3, sem direito a revisão de preços.

Cláusula 3.^a
(Preço Contratual)

1. O preço contratual pela Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva na Rampa Roll On Roll Off no Porto Novo – Santo Antão é de 2.929.626,00 (dois milhões, novecentos e vinte e nove, seiscentos e vinte e seis escudos), ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, discriminados de acordo com o que se segue:
 - a. Manutenção corretiva da rampa Roll-on/Roll-off, ex Porto Novo: 1.895.101,00 cve;
 - b. Reconstituição da estrutura degradada, incluindo substituição de partes dos perfis e chapas: 1.034.525,00 cve;



Cláusula 4.^a
(Faturação e Condições de Pagamento)

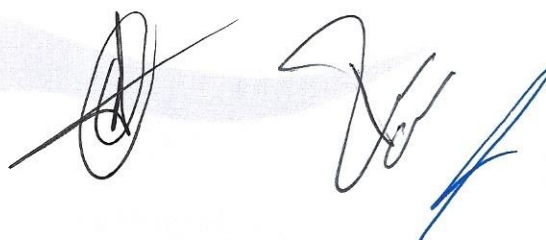
1. A Prestação dos Serviços será faturada nos seguintes termos:
 - a) 50% de adiantamento, equivalente a 1.464.813,00 cve (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e treze escudos) ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
 - b) 50% com autos de entrega, equivalente a 1.464.813,00 cve (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e treze escudos) ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
2. A Segunda Outorgante emitirá a(s) fatura(s) em nome da Primeira Outorgante, sendo esta(s) enviada(s) para ENAPOR, SA, Administração Central, Rua Avenida Marginal, CP. N° 82 – S. Vicente.
3. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias contados da receção das faturas.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para conta da Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, a Primeira Outorgante deverá comunicar este facto à Segunda Outorgante, por escrito, e no prazo de 05 (cinco) dias após receção da respetiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários.

Cláusula 5.^a
(Prazo e Local de Entrega)

A Segunda Outorgante obriga-se a prestar o serviço de Manutenção Corretiva da Rampa Roll-On/Roll-Off, ex Porto Novo – Santo Antão, nas suas próprias instalações no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

Cláusula 6.^a
(Responsabilidades da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante garante que a prestação de serviço, será nos termos da respetiva proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no



Caderno de Encargos, de modo adequado à realidade e particularidades dos fins a que se destinam.

2. Em caso de incumprimento a Segunda Outorgante, responderá perante a Primeira Outorgante nos termos gerais do direito.
3. A Segunda Outorgante responderá pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou prestadores de serviços pontualmente contratados, nomeadamente em questões de disciplina, furto ou qualquer acção que ponha em risco os interesses e direitos da Primeira Outorgante.
4. Sempre que ocorram situações do tipo das mencionadas no número anterior, a Segunda Outorgante obriga-se a reparar os danos por sua conta e responsabilidade ou a indemnizar a Primeira Outorgante pelos prejuízos causados.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Segunda Outorgante é responsável, perante a Primeira Outorgante, por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros, e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a Primeira Outorgante incorra, na medida em que resultem de fatos imputáveis à Segunda Outorgante ou a entidades a si vinculadas.
6. O não cumprimento voluntário do disposto no ponto anterior, faz a Segunda Outorgante incorrer na obrigação de reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo, para o efeito, efectuar a dedução nos pagamentos à Segunda Outorgante.

Cláusula 7.^a
(Obrigações Principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, constituem obrigações da Segunda Outorgante, as seguintes:
 - a) respeitar e cumprir toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - b) comunicar de imediato à Primeira Outorgante quaisquer divergências de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;

- c) informar de imediato a Primeira Outorgante de quaisquer fatos ilícitos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- d) responder perante qualquer incidente ou reclamação colocados pela Primeira Outorgante, relativamente ao fornecimento/montagem no prazo máximo de 3 (três) dias;
- e) proceder ao pagamento de quaisquer contribuições fiscais, impostos e taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes relativos à execução do contrato;
- f) realizar todas as diligências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e importação quando exigidas;
- g) assegurar a continuidade do fabrico e/ou do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem o bem a fornecer pelo seu prazo estimado de vida útil;
- h) garantir assistência técnica, durante o período de garantia, sem quaisquer encargos para a Primeira Outorgante;
- i) garantir assistência técnica após o citado período de garantia, caso for solicitada pela Primeira Outorgante.

Clausula 8.^a
(Responsabilidades da Primeira Outorgante)

Para além de outras atribuídas pela lei ou pelo presente contrato, são responsabilidades da Primeira Outorgante:

- a) Facultar aos técnicos que integram a equipa de trabalho da Segunda Outorgante o acesso às suas instalações no período laboral e de forma ininterrupta;
- b) Pontos de energia elétrica e água nos locais onde serão executados os trabalhos;
- c) Disponibilização de uma grua e um operador. A disponibilização da grua deverá ser concertada pelas partes, para que não ocorra constrangimentos ao nível das operações portuárias.



Cláusula 9.^a
(Força Maior)

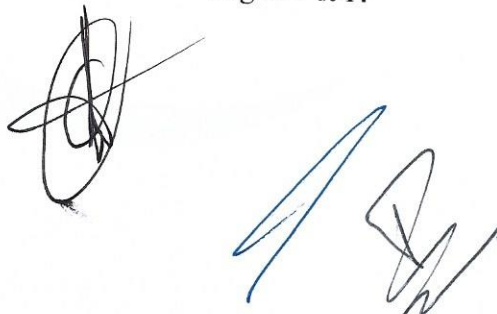
1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, devem ser imediatamente comunicadas à outra parte;

Cláusula 10.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do setor aplicáveis às matérias objeto do contrato.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e da regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Cláusula 11.^a
(Multa por violação do prazo de Entrega)

1. Em caso de incumprimento imputável a Segunda Outorgante, ou a terceiros por si contratados no âmbito da execução do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:



- 1.1. atraso na prestação de serviço de manutenção corretiva da rampa roll on roll off no Porto Novo - Santo Antão;
- 1.2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.1.
2. O valor da multa é calculada da seguinte forma:
 - a) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
 - b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
3. Não pode ser imposta à Segunda Outorgante a multa estabelecida no número anterior da presente cláusula, nem é havido como incumprimento do prazo, se tal incumprimento resultar de caso de força maior, de acordo com o estabelecido na Cláusula 9.^a

Cláusula 12.^a
(Inspeção)

1. Uma vez concluído o processo a prestação de serviço objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a uma inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar se reúne as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis.
2. Durante a fase de inspeção a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo por técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito.
3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 13.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e, caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, a Segunda Outorgante.
2. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) Item(ns), no prazo de 10 (dez) dias, ficando exclusivamente a cargo da mesma quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 14.^a
(Aceitação)

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade no decurso das inspeções referidas nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta apresentada pela Segunda Outorgante, **deve ser emitido um auto de receção**, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Segunda Outorgante.

Cláusula 15.^a
(Garantia)

1. Com a assinatura do auto de receção a Segunda Outorgante assume, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a garantia contra defeitos de confeção (fabrico) de 6 (seis) meses.



2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos de força maior.
4. Em caso de anomalia detetada no objecto do fornecimento, a Segunda Outorgante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito de indemnização dos honorários devidos, se a anomalia resultar de fato não imputável à Segunda Outorgante.

Cláusula 16.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais da por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- (a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- (b) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções emitidas pela Primeira Outorgante em matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- (c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no presente contrato, desde que a exigência pela Segunda Outorgante da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé;
- (d) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

Cláusula 17.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.



2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 18.^a
(Resolução de Diferendos)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 19.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil e o Código da Contratação Pública.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 11 (onze) páginas, é feito em 2 (Duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes o **Anexo I** identificados na Cláusula 1.^a, que são rubricados pelas partes.




Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 29.º dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA

Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante
CONSTRUÇÕES METÁLICAS DE CABO VERDE, LDA.
NIF: 250 340 062
Sr. Carlos Alberto Monteiro Santos
Sócio Gerente


ANEXO I

CLIENTE: ENAPOR

TIPO DE OBRA: MANUTENÇÃO CORRETIVA

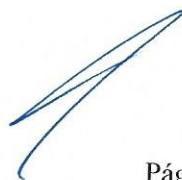
LOCAL DA OBRA: PORTO NOVO - SANTO ANTÃO

Folha N.º 1/1

Orç. N.º 231 Rev1 /2022

Data: 31/01/2022

POS	DESCRIÇÃO	UN	QT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Manutenção corretiva da rampa Roll on Roll off do cais do Porto Novo.				
1.1	Picagem manual para retirar a corrosão grossa antes da decapagem	conj	1,00	VG	177 143,00
1.2	Decapagem ao grau SA 2 1/2	conj	1,00	VG	880 719,00
1.3	Pintura com tinta apropriada ao ambiente marítimo C-POX CT 940 de acordo com a ficha técnica em anexo.	conj	1,00	VG	787 429,00
1.4	Manuseamento da rampa no estaleiro da CMCV com grua	conj	1,00	VG	49 810,00
TOTAL SEM IVA				1 895 101,00
15% IVA				284 265,00
TOTAL COM IVA				2 179 366,00


ANEXO II

CLIENTE: ENAPOR, S.A

TIPO DE OBRA: MANUTENÇÃO CORRETIVA

LOCAL DA OBRA: PORTO NOVO - SANTO ANTÃO

Folha N.º 1/1

Orç. N.º 52/2022

Data: 16/03/2022

POS	DESCRIÇÃO	UN	QT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
	<i>Substituição parcial da rampa roll on roll off</i>				
1	Substituição montagem e fornecimento de perfis diversos da estrutura da rampa metálica Roll on Roll off do cais do Porto Novo, que consiste na remoção dos perfis deterioradas vigas e chapas, e colocação de novas, incluindo todos os trabalhos complementares a execução.				
1.1	Piso da Rampa - Chapa gotas 10/12 mm	m ²	30,00	28 064,00	841 920,00
1.2	Vigas transversais - perfil HEA 200 mm x 850mm comprimento	ml	6,00	10 606,00	63 636,00
1.3	Estrutura Metálica da Rampa - perfil HEA 200mm	ml	12,16	10 606,00	128 969,00
1.4	Varão de Aço meia cana Ø 60 mm	ml	19,20		
1.5	Guarda corpo da Rampa -Calha galvanizada tipo proteção de Estrada com 4500mm comp.	un	2,00		
	Obs: Nas alinhas 1.4 e 1.5, ainda aguardamos cotação dos fornecedores.				
TOTAL SEM IVA				1 034 525,00
15% IVA				155 179,00
TOTAL COM IVA				1 189 704,00



